

O desenvolvimento econômico da Caixa e do Brasil

FLÁVIA VON ATZINGEN PASQUINI GONÇALVES / BELO HORIZONTE, 2010

Agradecimentos

Ao papai e à mamãe, pelo amor.

Ao professor e orientador Domingos Sávio Alves Cunha, pela paciência e a compreensão incomensuráveis na realização desta monografia, apresentada ao 1º Concurso Nacional Caixa de Monografias.

A Eliane Monken, Francisco Adelmi dos Santos Rodrigues e Hamilton Arlindo de Freitas Xavier, pelo suporte incondicional e por acreditarem na minha capacidade.

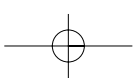
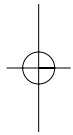
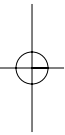
Resumo

Nesta monografia, verificou-se a correlação entre o desenvolvimento econômico da Caixa Econômica Federal (Caixa) e do Brasil. Para tanto, estudou-se a evolução econômica da instituição, suas principais atuações e a relação com o governo federal; depois, examinaram-se a evolução do país, o cenário econômico e seus principais índices de desenvolvimento. Com esses dados, pôde-se verificar que a variação no crescimento dos ativos da Caixa pode ser explicada pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e que elas demonstram sinergia, já que, ao se analisar o desenvolvimento do Brasil, foi possível perceber que algumas ações estavam diretamente ligadas à Caixa.

Palavras-chave: desenvolvimento; Caixa Econômica Federal; Brasil.

Sumário

1. Introdução
 2. Desenvolvimento econômico da Caixa Econômica Federal
 3. Desenvolvimento econômico do Brasil
 4. Relação entre o desenvolvimento econômico da Caixa Econômica Federal e do Brasil
 5. Conclusão
- Referências bibliográficas



1. Introdução

A história bancária do Brasil começa com a criação do Banco do Brasil em 1808, por meio de um alvará do príncipe regente D. João VI. Entretanto, o próprio criador do banco contribuiu para seu insucesso, levando seus recursos para Portugal, em 1821, e promovendo a liquidação em 1833 (Banco do Brasil, 2010). A partir daquele momento, outras instituições financeiras foram surgindo. Em 1861, o imperador D. Pedro II, por meio do Decreto nº 2.723, cria a Caixa Econômica e Monte de Socorro, com a finalidade de incentivar a poupança, ao remunerar com juros de 6% às pequenas economias e empréstimos sob penhor, assegurando a fiel restituição do que pertencesse a cada contribuinte, sob a garantia do governo imperial. (Brasil, 1861).

Nessa época, ainda existiam escravos no Brasil, e eles, segundo Celso Furtado (1991, p.49), eram tratados como um bem durável de consumo. Contudo, embora a Abolição da escravidão só tenha ocorrido em 1888, já se esboçava uma evolução. Pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, foi permitido "ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias" (Brasil, 1871).

A Caixa Econômica tinha, nesse período, importante papel a desempenhar, e ainda ampliaria sua atuação. A instituição passaria a operar na área de empréstimos a partir 1915, e, em 1969, o governo federal unificaria as 22 Caixas do Brasil, tornando-as uma empresa pública (Caixa, "Dimensão institucional da Caixa").

A necessidade de operacionalização das políticas do governo federal era notória. A Caixa passava, então, a atuar como o principal agente para fomentar o desenvolvimento do Brasil.

A Caixa é o grande banco público de fomento do desenvolvimento urbano e está presente em todo o país. Atua aplicando recursos onerosos e não onerosos, promovendo e empreendendo esforços para atender a população brasileira nas áreas de habitação, saneamento, infraestrutura urbana e na operação dos serviços públicos, colaborando, assim, com o desenvolvimento sustentável e com a implementação de experiências voltadas principalmente para a redução da pobreza, melhoria das condições de vida e utilização racional dos recursos naturais. (Caixa, 2004)

Hoje, a Caixa e outras instituições atuam no mercado brasileiro seguindo as normas do Banco Central do Brasil (Bacen), autarquia federal que tem como principal função a autoridade monetária (Bacen, 2010).

Com a atuação do Bacen, foi possível planejar as diretrizes monetárias do Brasil, que vem apresentando desenvolvimento de país de Primeiro Mundo. Depois da implantação do Plano Real, o Brasil conseguiu atingir a estabilidade econômica – em 1989, registrava-se 1.972,91% (IPCA) de inflação (Terra, 2010).

Além da estabilidade econômica, ou em virtude dela, o crescimento brasileiro se destaca mundialmente, compondo o grupo do Bric (Brasil, Rússia, Índia, e China), mantendo um "mercado interno em expansão, investimentos externos crescentes, e a busca por uma nova governança global (Vizia e Costa, 2010).

No ciclo econômico recente, os países em desenvolvimento têm apresentado sistematicamente taxas de crescimento superiores às dos países desenvolvidos e da própria economia mundial. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no período 2003-08, a taxa de crescimento média da economia global alcançou 5,3% ao ano, e a dos países avançados, 2,8% ao ano, enquanto a dos países em desenvolvimento alcançou 8,6% ao ano. (Idem)

O desenvolvimento brasileiro e o da Caixa Econômica Federal podem estar atrelados ou fortemente relacionados. Assim, pretende-se, com esta monografia, verificar se existe essa correlação.

2. Desenvolvimento econômico da Caixa Econômica Federal

Após a unificação das Caixas, no início dos anos 1970, a instituição, que contava com 525 agências, elevaria esse número para 813, na década seguinte. Em 2002, após implementação do projeto Caixa Aqui, o banco atingiu todos os municípios brasileiros, com 1.700 agências, 381 postos de atendimento bancário, 1.078 postos de atendimento eletrônico, um posto de atendimento avançado, 8.952 casas lotéricas e 2.108 correspondentes bancários, possibilitando amplo acesso ao atendimento bancário e a diversos programas sociais. Hoje, a instituição conta com 2.237 agências e teve um crescimento da ordem de 54,8% entre as décadas de 1970 e 1980, e mais de 175% até os dias atuais. Além das agências, a Caixa possui 36,2 mil unidades de atendimento, sejam agências, postos, salas de atendimento ou correspondentes bancários (Gouvêa e Caixa, 1981).

A Caixa atende a sociedade em diversos ramos, o que faz dela uma empresa ímpar. Além das suas operações principais, como fomentar o sistema de poupança e de habitação, exerce atividades de banco comercial, ao captar depósitos à vista, realizar operações ativas e prestar serviços a pessoas físicas e jurídicas. Exerce ainda a administração das loterias federais, promove a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, por meio de ações de saneamento básico e muitos outros. "A Caixa é a principal instituição federal responsável pela operação de recursos destinados ao fomento do desenvolvimento urbano de diversas fontes, tais como FGTS, FAT, FAR, Caixa, OGU, BID e Bird." (Caixa, "Trabalhando com a Caixa"). Os recursos mantidos pela instituição são divididos em duas categorias:

Recursos onerosos são aqueles que exigem retorno (pagamento) e estão vinculados a operações de crédito ou financiamentos. São exemplos de recursos onerosos os programas que operam recursos do FGTS, entre os quais se destacam o Pró-Moradia e Saneamento para Todos. Podem ser mutuários neste tipo operação um estado, um município, uma empresa pública, uma empresa particular (uma concessionária privada de saneamento, por exemplo), uma entidade/associação e um indivíduo específico (como por exemplo, nas operações coletivas do FGTS com subsídio). Recursos não onerosos são aqueles que não exigem retorno, apenas contrapartida, e estão vinculados a operações de repasse. Geralmente, são destinadas a estados, municípios ou

entidades/organizações não governamentais. O principal exemplo são os programas vinculados aos recursos do ogu. (Idem)

As operações de fomento mantidas pela Caixa possuem legislações específicas e agregam para a sociedade diversos benefícios que, ao longo dos últimos anos, vêm apresentando crescimento: "O patrimônio líquido total dos fundos de investimentos administrados pela instituição, incluindo os fundos de rede, exclusivos, carteiras, FI FGTS, FI FAR, FI FDS e FI de FIC, apresentou aumento de 11,5%, passando de R\$ 249,4 bilhões, em junho de 2009, para R\$ 278,2 bilhões em junho de 2010 (Caixa, "Caixa expande crédito").

Entre as operações de fomento destaca-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que representa os direitos trabalhistas, além de servir como investimento nas áreas de infraestrutura, saneamento, entre outras.

Com a absorção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, a empresa transformou-se na maior agência de desenvolvimento social da América Latina, administrando o FGTS, e se tornou o órgão-chave na execução das políticas de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento. Em 1990, a instituição foi incumbida de centralizar quase 130 milhões de contas de FGTS que se encontravam distribuídas em 76 bancos. O desafio foi vencido e, em 1993, ela efetuou o pagamento de cerca de 72 milhões de contas inativas. (Caixa, "Balanço social", 2003)

Na área de habitação, a Caixa atua como agente administrador e agente financeiro. Essas duas funções não se confundem, pois suas demonstrações contábeis são representadas separadamente, e as regulamentações para alocações dos recursos para a instituição são iguais às de qualquer outro agente financeiro.

No Gráfico 1, a Caixa aparece como agente financeiro do FGTS, e pode-se verificar a alocação dos recursos por segmentação. No setor de financiamentos imobiliários observa-se uma involução de aproximadamente 91,19% de 2000 para 2001. A redução deveu-se ao fato de, em 2001, ter sido criada a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que assumiu as responsabilidades da Caixa em contrapartida de transferência de créditos imobiliários. Dessa forma, a queda decorre de subsídios na carteira de crédito imobiliário e de ajustes, como está informado no seguinte relatório administrativo:

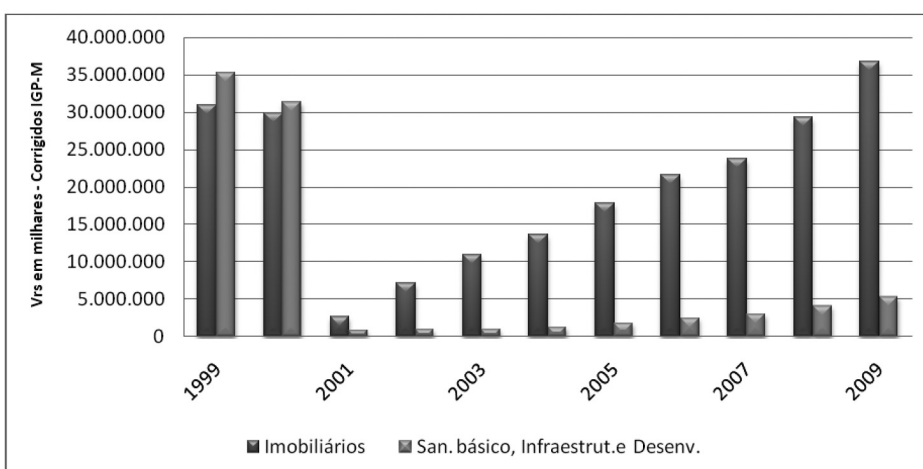
Não obstante as adversidades, o ano representa um marco na história da instituição, que teve equacionado o desequilíbrio estrutural decorrente sobretudo de subsídios indiretos na sua carteira de créditos imobiliários. O resultado negativo apurado decorre, portanto, dos ajustes promovidos com a reestruturação patrimonial e foi plenamente absorvido pela capitalização recebida, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (MP no 2.196-3, de 24 de agosto de 2001). (Caixa, "Demonstrações financeiras", 2001)

Ao passar dos anos, a instituição conseguiu se estabilizar e evoluir de 2001 para 2009 cerca 397,89%, o que demonstra uma recuperação sadia. Em agosto de 2010, a Caixa informou que o desempenho em crédito imobiliário fora novamente recorde, com contratações da ordem de R\$ 33,5 bilhões, incluindo repasses – quase o dobro do valor registrado no mesmo período do ano passado (Caixa, "Caixa expande crédito...").

O destaque do financiamento imobiliário são as contratações com recursos da caderneta de poupança (SBPE), que atingiram R\$ 14,9 bilhões no semestre e saldo de R\$ 44,5 bilhões, acréscimo de cerca de 84% com relação ao mesmo período do ano anterior. Com as contratações realizadas ao longo do primeiro semestre, o saldo total da carteira habitacional alcançou R\$ 86,9 bilhões, avanço de 23,2% nos seis primeiros meses do ano, que elevaram para 75,9% a participação da Caixa nesse segmento no mercado, 3,4 p.p. a mais do que em junho de 2009. (Idem)

Assim como nos financiamentos, de 2000 para 2001, percebe-se queda dos valores destinados ao saneamento básico, à infraestrutura e ao desenvolvimento: "O setor privado foi responsável pela totalidade das contratações realizadas em 2001, devido ao contingenciamento de crédito ao setor público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, conforme Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001" (Caixa, "Demonstrações contábeis do FGTS", 2001).

Gráfico 1. Caixa, agente financeiro do FGTS. Financiamentos por setor



FONTE: Caixa Econômica Federal, FGTS

Além das operações de fomento, a Caixa atua com operações delegadas. O Quadro 1 apresenta-as, com foco na área social.

Quadro 1. Caixa, operações delegadas, benefícios sociais

Peti	Trabalho não combina com criança. Pensando nisso o governo federal criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que tem o objetivo de proteger crianças e adolescentes menores de 16 anos contra qualquer forma de trabalho, garantindo que frequentem a escola e atividades socioeducativas. O programa oferece auxílio financeiro, pago mensalmente pela Caixa à mãe ou responsável legal do menor, por meio de cartão magnético.
Garantia Safra	O Garantia Safra é um benefício social vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Seu objetivo é garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores de localidades em situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem.
Bolsa Família	O governo federal criou o Programa Bolsa Família em 2003, para apoiar as famílias mais pobres e garantir seu direito à alimentação. Para isso, transfere renda diretamente para as famílias, por meio da Caixa, onde a família beneficiária saca com seu cartão magnético o valor a que tem direito. Desde sua criação, o Bolsa Família unificou os seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.
De Volta para Casa	O De Volta para Casa, criado pelo Ministério da Saúde, é um programa de reintegração social de pessoas acometidas por transtornos mentais, egressas de longas internações, segundo critérios definidos na Lei no 10.708, de 31 de julho de 2003, que tem como parte integrante o pagamento do auxílio-reabilitação psicossocial.
Bolsa Atleta	O Bolsa Atleta é um programa do governo federal, gerido pelo Ministério do Esporte, que busca garantir a manutenção pessoal dos atletas de alto rendimento, mas sem patrocínio. Com isso, procura-se oferecer condições necessárias para que se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras.
Chapéu de Palha	Instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco, o Programa Chapéu de Palha tem por finalidade adotar medidas de combate aos efeitos do desemprego em massa, decorrentes da entressafra da cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada.
Pró-Jovem Urbano	O Pró-Jovem Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre: <ul style="list-style-type: none"> • formação básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental • qualificação profissional, com certificação de formação inicial; • participação cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.
Bolsa Formação – Pronasci	O Bolsa Formação dedica-se à qualificação dos profissionais de segurança pública e justiça criminal, tais como integrantes das polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros, dos agentes penitenciários, agentes carcerários e peritos ou ocupantes de cargo ou emprego efetivo nas Guardas Cíveis Municipais. O projeto contribui para a valorização desses profissionais e para o consequente benefício da sociedade brasileira.
Mulheres da Paz (Pronasci)	O projeto destina-se à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas atendidas pelo Pronasci. As participantes irão trabalhar com jovens em situação de risco social e em conflito com a lei, impedidos de participar dos programas sociais do governo por terem sido aliciados pelo tráfico e pela criminalidade.
Projeto Pronasci	O projeto é destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana, nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci. Forma jovens e adolescentes, a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais, buscando resgatar a autoestima e a convivência pacífica, e incentivando a reestruturação do seu percurso socioformativo, para inclusão numa vida saudável.

FONTE: Dados da Caixa Econômica Federal, 2010.

Esse conjunto de ações tem em mira promover o bem-estar social, por meio de serviços ou programas como: erradicação do trabalho infantil, auxílio à agricultura, distribuição de renda, reintegração social, ajuda esportiva, melhoria na saúde, redução de desemprego e qualificação profissional.

Com a missão de principal executora das políticas públicas governamentais, a Caixa assumiu, desde 2002, ainda que como um agente financeiro, a identidade de banco social. Atendendo às diretrizes dadas à política social do atual governo, o governo Lula, a Caixa propôs a reformulação de sua missão e a criação de uma gerência específica para trabalhar com políticas sociais. (Araújo, 2005)

O Programa Bolsa Família tem papel fundamental, que se consolida pela transferência de renda. No mês de setembro de 2010, o programa atendeu 12.769.155 famílias e chegou ao repasse de R\$ 1.227.998.637,00 (Ministério do Desenvolvimento Social, 2010).

O Bolsa Família está consolidado como política social no Brasil, cumprindo seu objetivo de transferir renda para famílias carentes. Atualmente o programa atende 15,5 milhões de famílias, distribuindo 0,37% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. É um dos fatores para a redução de quase três pontos, entre 1995 e 2004, do índice de Gini, medida de concentração de renda, sendo responsável por 7% da queda. Desde o início do programa, em 2003, 19,4 milhões de famílias saíram da extrema pobreza, segundo dados da Fundação Getulio Vargas. (Pita, 2010)

Esse programa teve como "porta de saída" o Programa Fome Zero (idem, p.16), que tinha como finalidades o acesso à alimentação, a geração de renda, o fortalecimento da agricultura familiar, a articulação, a mobilização e o controle social.

Outra iniciativa realizada pela Caixa foi o lançamento, em março de 2003, do fundo de investimento Fundo Caixa FI Fome Zero, em que 50% da taxa de administração são doados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. No ano, foram repassados R\$ 4479 mil ao Fundo. Deste total, 56,82% foram doados pela Caixa, por meio da comercialização do Caixa FI Fome Zero. (Caixa, "Demonstrações financeiras", 2006)

Como se pode observar no Quadro 2, a Caixa também opera no seguimento de benefícios ao trabalhador.

Quadro 2. Caixa, operações delegadas, benefícios ao trabalhador

FGTS	O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado na década de 1960 para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Sendo assim, no início de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na Caixa em nome dos seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. Com o Fundo, o trabalhador tem a chance de formar um patrimônio, bem como adquirir sua casa própria, com os recursos da conta vinculada. Além de favorecer os trabalhadores, o fgts financia programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana que beneficiam a sociedade como um todo, sobretudo a parcela de menor renda.
Previdência Social – pagamento	A Previdência Social é um seguro para todos. Ao contribuir para a Previdência, o segurado tem direito aos benefícios oferecidos pela instituição por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Houve mudanças nas categorias da contribuição. Assim, quem trabalha com carteira assinada automaticamente está filiado à Previdência Social. Autônomos em geral e os que prestam serviços temporários podem se inscrever e pagar como contribuintes individuais. Aqueles que não têm renda própria, como estudantes, donas de casa e desempregados, podem ser segurados e pagar como contribuinte facultativo.
Seguro-desemprego	O seguro-desemprego é um benefício integrante da Seguridade Social, garantido pelo artigo 7o dos Direitos Sociais da Constituição Federal, e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente.
PIS – quotas e rendimentos	O PIS é um programa criado pelo governo federal que tem a finalidade de promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, viabilizando melhor distribuição da renda nacional. Por meio do cadastramento no Programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilitará consulta e saques dos benefícios sociais. Divide-se em quotas de participação e rendimentos.
Abono salarial	O abono salarial é um benefício constitucional no valor de um salário mínimo, assegurado ao trabalhador cadastrado no PIS/PASEP que preencher as condições legais para seu recebimento.

Fonte: Dados da Caixa Econômica Federal, 2010.

Nesse contexto, todos os programas atuam diretamente ligados aos trabalhadores, promovendo seu amparo, sua requalificação e integração social.

A atuação da Caixa destaca-se também como agente financeiro e agente operador do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), criado em 1999 e reeditado em 2001, em substituição ao Programa de Crédito Educativo, proporcionando a qualificação das pessoas por meio de financiamento estudantil. Os recursos provêm da dotação orçamentária do Ministério da Educação (MEC), do retorno de financiamentos e da Loteria Federal (Caixa, "Relatório de gestão", 2002).

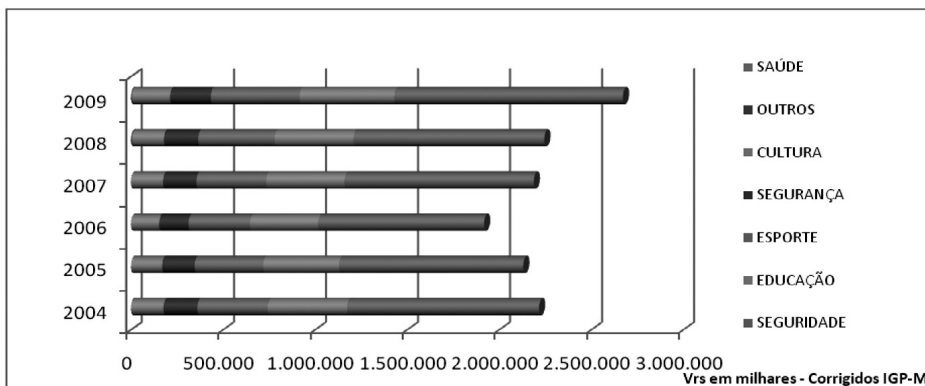
O Programa de Financiamento Estudantil (Fies) é destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com

avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. (Caixa, "Financiamento estudantil")

Outra operação delegada que merece destaque é a Loteria Federal. Em 1962 a Caixa passou a administrá-la exclusivamente, por decreto do então presidente Jânio Quadros, antes, portanto, da unificação das Caixas. De acordo com a Caixa Econômica Federal, a loteria é um "mecanismo de formação de fundos para benefícios sociais, gerados a partir da necessidade lúdica, intrínseca ao ser humano" (Caixa, "Breve história das loterias", 2001).

Com isso, as loterias são responsáveis por repasses na área social. No Gráfico 2, observam-se os valores repassados para cada segmento. No esporte, os beneficiários legais são o Ministério do Esporte, clubes de futebol, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), representando grande parte da destinação. Na saúde, o beneficiário legal é o Fundo Nacional da Saúde (FNS), que começou a receber dotação apenas em 2008. Na cultura, o beneficiário legal é o Fundo Nacional da Cultura (FNC). Na segurança, é o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen); e, na área de seguridade, a própria Seguridade Social. Os outros beneficiários são os concursos especiais (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Cruz Vermelha, COB e CPB).

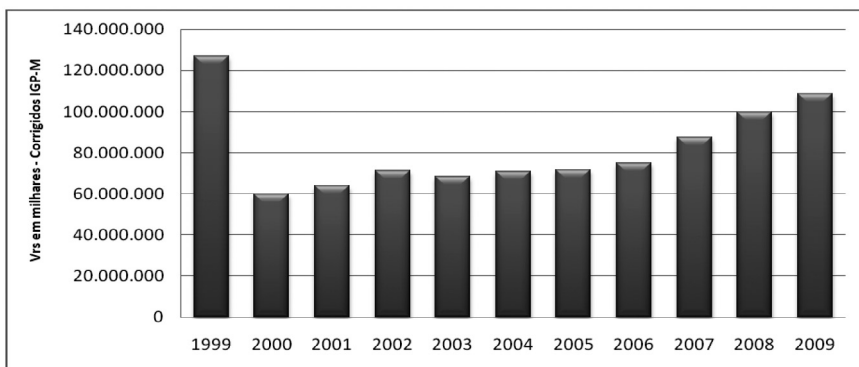
Gráfico 2. Repasse, Loteria Federal



FONTE: Dados da Caixa Econômica Federal, 2004-09.

A atuação da Caixa na área comercial tem como produto básico a caderneta de poupança, investimento tradicional de baixo risco. Analisando o Gráfico 3, pode-se verificar um declínio de 121,22%, em 2000, quando comparado a 1999, com recuperação crescente nos anos seguintes, e apenas uma leve queda em 2003, logo recuperada em 2009.

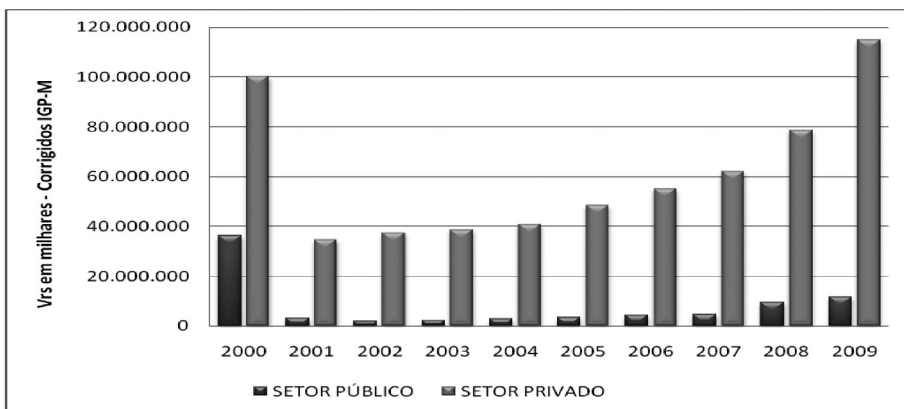
No primeiro semestre de 2010, de acordo com a Caixa, o segmento registrou o saldo de R\$ 116,3 bilhões, conseguindo a primeira colocação, com mais de 34% do segmento total no mercado brasileiro (Caixa, "Poupança da Caixa alcança..."). Isso se reflete diretamente na área habitacional, pois a Caixa, como agente financeiro, aplica todos os recursos provenientes da poupança em financiamentos habitacionais.

Gráfico 3. Caixa, poupança

FORTE: Dados da Caixa Econômica Federal, 1999-09.

Em julho de 2010, a Caixa atingiu o patamar de 40 milhões de contas ativas em poupança, marca jamais atingida por nenhuma outra instituição, além de chegar praticamente a 51 milhões de clientes entre poupadores e correntistas (*Brasil Econômico*, 2010)

A composição das operações de crédito pode ser dividida em dois setores, público e privado, como mostra o Gráfico 4. O setor público é segmentado em administração direta, petroquímica, saneamento, produção e distribuição de energia elétrica e outros. O setor privado é segmentado em pessoa jurídica para comércio varejista e atacadista, metalurgia, fabricação de produtos químicos, alimentos, veículos leves e pesados, vestuários e acessórios, petroquímica, produção e distribuição de energia elétrica, saneamento, construção civil, saúde, serviços financeiros, escritório, transporte terrestre, educação, infraestrutura, habitação, telecomunicações, e outros na área de serviços, indústria e comércio. Também no setor privado está incluída a destinação para as pessoas físicas, segmentado em habitação e empréstimo.

Gráfico 4. Caixa, composição das operações de crédito

FORTE: Dados da Caixa Econômica Federal, 2000-09.

As operações de crédito possuem várias destinações, e o primeiro produto, como entidade social, foi o Caixa Hospitais, "que se constitui de uma linha de financiamento para hospitais filantrópicos, sem destinação específica" (Araújo, 2005). Outra operação que merece destaque é o financiamento de crédito em mobilidade urbana para a Copa de 2014 (ver http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=6610824&tipo_noticia=13).

O crescimento econômico da Caixa pode ser medido pela evolução de seus ativos e seu patrimônio líquido (PL).

A Tabela 1 apresenta a evolução nominal dos seus ativos e PL. Percebe-se que houve crescimento em todos os anos, tanto do ativo como do PL da Caixa, com exceção de 2001, possivelmente pelos aspectos apresentados anteriormente, sobre transferência de créditos imobiliários.

Tabela 1. Caixa: evolução nominal de seus ativos e PL

Ano	Ativo	PL
1999	122.441.169	3.900.219
2000	126.080.240	3.070.024
2001	101.330.651	3.891.469
2002	128.417.934	4.628.121
2003	150.495.476	5.771.552
2004	147.786.559	6.663.640
2005	188.677.661	7.951.942
2006	209.532.836	9.182.470
2007	253.575.011	10.585.470
2008	295.920.330	12.704.670
2009	341.831.823	13.143.767

3. Desenvolvimento econômico do Brasil

O slogan de Juscelino Kubitschek (JK) para Brasil, "Cinquenta anos em cinco", representava o que se esperava de desenvolvimento no país. De acordo com Nogueira (*apud* Marques, 2010), "Juscelino plantou projetos de grande profundidade. Assim como Getúlio Vargas criara a siderurgia, JK deu autonomia energética ao Brasil, indispensável para o crescimento". Contudo, o desenvolvimento acelerado e o milagre econômico brasileiro (ocorrido no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici) fizeram com que o país passasse da euforia ao descontrole.

Maria de Fátima Andrade informa que:

A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma "potência emergente" viabilizam pesados investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas

hidrelétricas, usinas nucleares), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes, laticínios). No início da década de 70, a economia apresenta resultados excepcionais, com o PIB crescendo a 12%, e o setor industrial a 18% ao ano. O "milagre econômico" brasileiro foi acompanhado de muitas "explosões", dentre elas um crescimento contínuo das classes médias, primeiro nas grandes cidades e depois nas cidades menores e no campo modernizado. (Andrade, 2010)

O Estado iria se transformar, no período de expansão (década de 1970), no maior agente econômico do Brasil. Em 1972, estavam sob o controle do Estado 80% das exportações de minério de ferro e da capacidade de gerar energia, e mais de 80% do setor de exploração, refino e distribuição de petróleo (ver "O milagre brasileiro"). Entretanto, o crescimento foi drasticamente reduzido, gerando endividamento interno e externo, hiperinflação e taxas de desemprego alarmantes.

Depois do regime militar (1964-84), sucederam-se vários projetos para tentar conter a inflação, como o Plano Cruzado, que substituiu o cruzeiro pelo cruzado. Contudo, o plano fracassou, e novas mazelas surgiram, como o desabastecimento e o ágio nos produtos. Mais tarde, um novo plano, o Cruzado II, liberou os preços e as tarifas públicas. Em 1987, sem reservas cambiais, o Brasil se viu obrigado a deixar de pagar os juros da dívida externa. No ano seguinte, surgiu outro plano, o Plano Verão (janeiro de 1989), na tentativa de estabilizar a economia com congelamento de preços, mas também fracassa (Marcon, 2010).

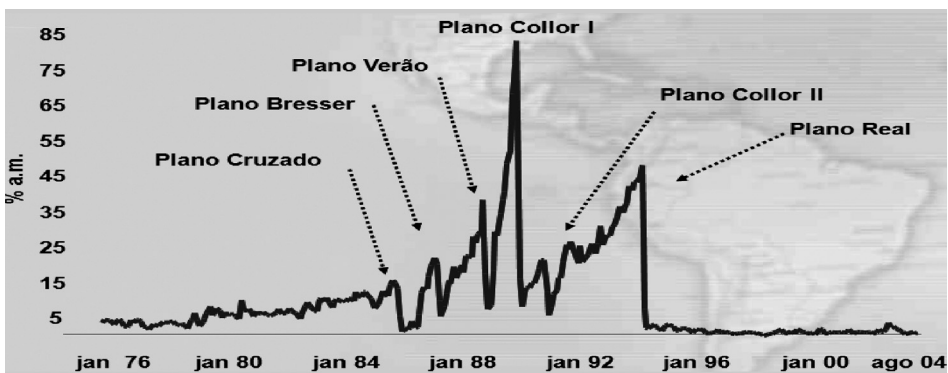
Depois do Plano Verão, o então presidente Fernando Collor de Mello anunciou o Plano Brasil Novo (março de 1990), que ficou conhecido como Plano Collor, com o objetivo de acabar com a crise, ajustar a econômica e elevar o país à condição de Primeiro Mundo. A moeda, cruzado novo, mudou para cruzeiro. Contas-correntes, cadernetas de poupança e demais investimentos superiores a CR\$ 50.000,00 ficaram bloqueados por 18 meses. O governo tabelou os preços, prefixou os salários, aumentou os tributos e tarifas, além de criar novos, e suspendeu os incentivos fiscais não previstos na Constituição (Ruiz, 2003).

Depois que fracassaram os planos Cruzado I e II (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991), na tentativa de estabilizar a inflação, foi elaborado o Plano Real, calcado na paridade do real com o dólar e no não congelamento dos preços (Estabilidade Financeira, 2010).

O programa brasileiro de estabilização econômica é considerado o mais bem-sucedido de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994 (Ministério da Fazenda, s.d.).

Como demonstra o Gráfico 5, a implementação desse plano conseguiu estabilizar a inflação do país.

Gráfico 5. Inflação no Brasil (1976-2004)



FONTE: Meirelles (2004).

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil se acentuou após o controle da inflação e fortaleceu-se ante as crises. Conforme dados do Bacen, em 1999, a inflação chegou ao patamar de 8,94%, alcançando 12,53%, em 2002, e, a partir de 2005, conseguiu manter uma inflação abaixo de 6% a.a.

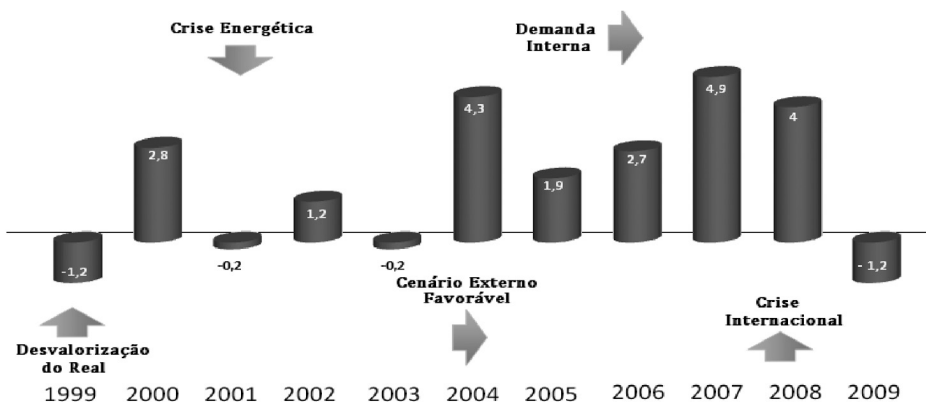
Com a estabilização da inflação, o cenário brasileiro ficou propício ao crescimento. O PIB aumentou, e a renda do brasileiro melhorou, como se observa na Tabela 2.

Tabela 2. Brasil, evolução do PIB

ANO	PIB
1999	1.064.999.712
2000	1.179.482.000
2001	1.302.136.000
2002	1.477.822.000
2003	1.699.948.000
2004	1.941.498.000
2005	2.147.239.000
2006	2.369.484.000
2007	2.661.344.000
2008	3.004.881.057
2009	3.143.014.695

No Gráfico 6, pode-se visualizar o desenvolvimento do PIB per capita do Brasil em porcentagem e os diversos fatores que o influenciaram no decorrer de 1999 a 2009.

Gráfico 6. Brasil: PIB per capita e cenários que influenciaram (1999-2009)



FONTE: Dados do Bacen.

Um dos fatores que marcou a desvalorização do real, em 1999, foi a mudança de regime de taxa de câmbio fixa, que permanecia desde 1994 como taxa fixa valorizada, para taxa flutuante (Dieese, 2006). Nesse ano, o PIB per capita chegou a -1,2%, e elevou-se para 2,8%, em 2000.

Em 2001 o PIB per capita caiu para -0,2%, e o país passou por uma crise energética, com os reservatórios das represas de energia elétrica em níveis excepcionalmente baixos, conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Dieese (*apud* Executivo Federal, 2001).

O PIB per capita de 2001 para 2002 subiu 1,4%. Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em 2003 e lançou o programa Fome Zero (Tubino, 2007). Em 2004, o PIB per capita subiu para 4,3%.

Desde 2004, o Brasil apresentava trajetória de crescimento mais vigorosa em relação à média das duas últimas décadas, estimulada pelo aumento do preço internacional das commodities exportadas pelo país em quadro de expansão da economia internacional, pelos efeitos multiplicadores do aumento do salário mínimo (SM) e da expansão dos programas sociais. Essa tendência também era incentivada por quadro macroeconômico favorável, com acumulação crescente de reservas cambiais, superiores aos débitos com o setor externo. (Ipeca, 2009)

Com a inflação estável e a demanda interna favorável, o PIB per capita subiu de 1,9%, em 2005, para 4,9% em 2007. O governo federal lançou, no mesmo ano, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com informações do Portal Brasil, "O PAC é

mais que um programa de expansão do crescimento”, pois, através de investimentos nas diversas áreas socioeconômicas e outras medidas, consegue estimular o desenvolvimento do país. De acordo com o balanço do PAC, até 2010, previa-se um valor investido em ações da ordem de R\$ 427,8 bilhões nas áreas de logística, energia, social e urbana, com 33,6% concluídos; e, na área de habitação e saneamento, R\$ 228,7 bilhões, com 69,4% concluídos. Foram elaborados diversos projetos na área de infraestrutura social e urbana. Um dos que mais se destacou foi o Luz para Todos.

Em 2008, o PIB per capita atingiu 4%, e o mundo adotou medidas para conter os efeitos da crise internacional (ibid.). “A deterioração do cenário econômico internacional, em razão da eclosão da crise do subprime americano, e de seu aprofundamento, depois da falência do banco Lehman and Brothers, atingiu a economia brasileira com profundidade no quarto trimestre de 2008 (ibid.).

Ao mesmo tempo, no início dos anos 1990, Brasil, Rússia, Índia e China respondiam por cerca de 5% do PIB mundial (Exame, 2007). Hoje representam 23,51% (Buarque, 2010).

A sigla Bric aglutina, num mesmo termo, países que têm em comum grandes territórios, populações, e que, nos últimos anos, vêm crescendo a taxas elevadas. Diversos estudos apontam para o aumento da participação desses países na economia e política internacionais. Alguns desses trabalhos argumentam que, nos próximos 50 anos, o conjunto de países formado por Brasil, China, Rússia e Índia poderá superar o G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) como principal força propulsora da economia global. (Ipea, 2010)

Nesse período, o Brasil passou por diversas modificações. Conforme dados do IBGE, houve uma evolução da iluminação elétrica no país, que atendia 95% da população em 1999, para se estender para mais de 99%, em 2009. (De acordo com o IBGE [“Iluminação elétrica”], investigou-se a existência de iluminação elétrica nos domicílios particulares permanentes, independentemente de ser proveniente de rede geral ou obtida de outra forma, como gerador, conversor de energia solar etc.) A iluminação elétrica representa parte do desenvolvimento brasileiro conforme o Ministério de Minas e Energia.

As atividades escolares, no período noturno, melhoraram para 40,7% dos entrevistados. A pesquisa apontou, ainda, que as oportunidades de trabalho melhoraram para 34,2% dos beneficiados. Já a disponibilidade dos serviços de saúde, para 22,1% dos pesquisados; e a renda familiar aumentou para 35,6%, mostrando que a chegada da energia elétrica está promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades. (Ministério das Minas e Energia, 2010)

Os indicadores de desenvolvimento sustentável do Brasil em 2010 (IDS 2010) retrata a importância da energia.

Em 2009, o consumo de energia per capita, ou seja, o que cada brasileiro consumiu de energia por ano, alcançou 48,3 gigajoules por habitante (GJ/hab). Foi o segundo maior índice desde o início da série histórica, em 1992, só perdendo para 2008, quando alcançou o patamar de 50 GJ/hab. Essa variável está diretamente ligada ao grau de desenvolvimento de um país.

Por outro lado, a intensidade energética, ou seja, a quantidade de energia necessária à produção de uma unidade de PIB, que mede a eficiência no uso de energia, tem se mantido estável desde 1995. Desde então, o índice oscilou entre 0,209 toneladas equivalentes de petróleo (tep) por R\$ 1.000, o menor da série, e 0,213 tep/R\$ 1.000, em 2009. O pico foi atingido em 1999, quando o índice alcançou 0,229 tep/R\$ 1.000 (quanto menor o valor, maior a eficiência no uso de energia). (IBGE, 2010)

O abastecimento de água no Brasil, rede geral, cresceu 5,5% de 1999 para 2009 chegando ao atendimento de 85,3%. (Conforme IBGE, ["Rede geral"] considera-se "rede geral" quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava.) Em relação ao esgotamento sanitário, houve melhoria em relação às pessoas que têm acesso à rede coletora. (Conforme IBGE ["Rede coletora"], há "rede coletora" de esgoto ou pluvial quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desagudouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada.) Eram cerca de 8,9% em 1999, passando para 52,5%, em 2009 (IBGE, 1999-2009).

Em 2008, 57% dos domicílios eram considerados adequados para moradia, ou seja, tinham simultaneamente abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório. Isso significa que cerca de 25 milhões de domicílios ainda não atendiam a esses critérios. Por outro lado, houve um aumento significativo, uma vez que, em 1992, apenas 36,8% dos domicílios eram considerados adequados. (IBGE, 2010)

O percentual de abastecimento de água no Brasil, em rede geral, é quase o mesmo que o de acesso dos brasileiros ao telefone fixo. (Conforme IBGE ["Telefone"], nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de linha telefônica fixa instalada, mesmo que fosse partilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc. Pesquisou-se, também, se algum morador do domicílio particular permanente tinha linha telefônica móvel.). Este, de 1999 a 2009, aumentou 47,3%, alcançando 84,9% no final desse período

O acesso ao telefone móvel passou por um aumento acelerado no Brasil nos últimos anos. Em 1994, enquanto a telefonia fixa alcançava 86 usuários

para cada mil habitantes, a telefonia celular só tinha cinco acessos; dez anos depois, a densidade de acessos a esse serviço entre mil habitantes alcançava 366 usuários, contra 279 da linha fixa, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Em 2008, a diferença era de 306 acessos à telefonia fixa contra 794 do serviço móvel para cada mil habitantes, o que corresponde a um aumento de 259% em quatro anos. Nesse mesmo ano, o país contava com mais de 150 milhões de acessos móveis. (IBGE, 2010)

Segundo o Dieese, para "construir uma sociedade justa no Brasil, é necessário responder a uma pergunta fundamental: qual é a situação dos trabalhadores do país?" Os dados do IBGE demonstram que a porcentagem de pessoas com CTPS assinada, no total de empregados no trabalho formal, no Brasil, em 1999 era 53,4%, aumentando 6,5% em 2009.

Entre os avanços verificados no tema trabalho e rendimento estão a redução da taxa média anual de desocupação (Pesquisa Mensal de Emprego), o aumento do rendimento médio mensal (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a redução da concentração na distribuição de renda, medida pelo Índice de Gini² (0,531 em 2008). (Ibid)

De acordo com os dados do IBGE, a educação brasileira evoluiu de uma média de 5,8 anos de estudo, entre pessoas de dez anos ou mais de idade, em 1999, para 7,20, em 2009. "Programas governamentais como o Bolsa Família, o Fome Zero e o Brasil Alfabetizado ajudaram o Brasil a melhorar nos índices de educação avaliados pela Unesco no relatório 'Alcançando os marginalizados'" (UoL, 2010).

Melhorias na saúde ajudam a diminuir a mortalidade infantil, como informa o IBGE .

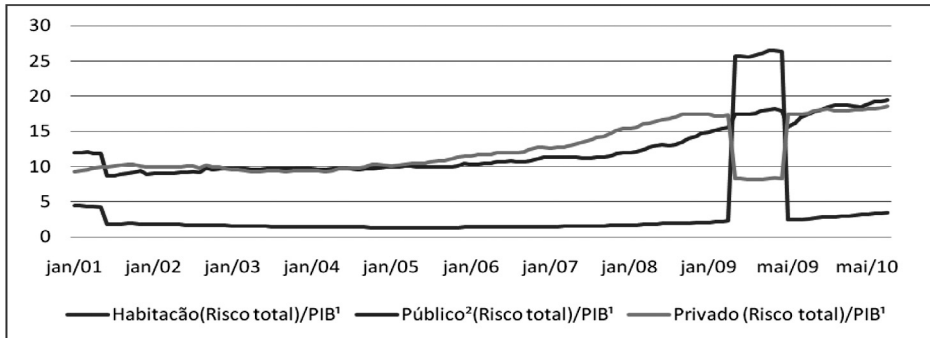
A ampla cobertura de vacinação para doenças como poliomielite e tuberculose, além da redução de aproximadamente 75% no número de crianças de até cinco anos de idade desnutridas, melhoria do nível educacional das mulheres, mostradas no IDS 2010, foram alguns dos fatores que levaram à redução de 50% na mortalidade infantil (crianças com menos de um ano de idade) entre 1990 e 2008, de 47 por mil nascidos vivos para 23,3 por mil. (Ibid.)

A situação econômica do Brasil pode ser analisada pela disponibilidade de crédito do sistema financeiro. O Gráfico 7 demonstra a crescente evolução de crédito de 2001 a janeiro de 2009, tanto no setor privado quanto no público (risco total) por PIB. Observa-se que o crédito na área de habitação diminuiu de janeiro de 2001 para janeiro de 2009, quando o governo federal, com a Caixa Econômica Federal, lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A meta é ambiciosa: construir um milhão de habitações, priorizando famílias com renda de até três salários mínimos, mas que também abrange famílias com renda de até dez salários mínimos. Isso só será possível com uma

ampla parceria entre União, estados, municípios, empreendedores e movimentos sociais. Trata-se de um esforço inédito em nosso país, mas necessário e viável. (Caixa e governo federal)

Gráfico 7. Brasil, crédito do Sistema Financeiro (habitação, público e privado, %)



FONTE: *Dados do Bacen.*

Notas: 1- Estimativa do Banco Central para o PIB dos doze últimos meses a preços do mês assinalado, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGO-DI centrado.

2 - Refere-se às instituições em que as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e residentes no país detêm participação superior a 50% no capital votante.

O país vem se sobressaindo com relação a outros países, como observou Celso Furtado: "É importante que o Brasil assuma a liderança nessa confrontação entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas." Pois possui recursos suficientes para se desenvolver "Sendo o país dotado do maior potencial de desenvolvimento" (Furtado, 2004).

4. Relação entre o desenvolvimento econômico da Caixa Econômica Federal e do Brasil

Na interpretação de Martins (2002), esta pesquisa pode ser caracterizada como empírico-analítica, do ponto de vista metodológico, uma vez que o tema é abordado utilizando-se técnicas de coleta de dados para análise, por meio de tratamento estatístico das relações entre o ativo e o patrimônio líquido da Caixa Econômica Federal e o PIB brasileiro.

Inicialmente trataram-se os valores (vr) de ativos e patrimônio líquido, bem como os valores do PIB, a fim de eliminar os efeitos inflacionários. Desta forma, os valores foram corrigidos, utilizando a variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), para valores de 31 de dezembro de 2009, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução do ativo e PL da Caixa e do PIB (Vr em milhares de reais)

Ano	Ativo total	PL	PIB
1999	278.034.695	8.856.467	2.418.360.364
2000	260.385.761	6.340.332	2.435.911.593
2001	189.605.554	7.281.549	2.436.500.856
2002	191.765.541	6.911.138	2.206.820.542
2003	206.763.445	7.929.448	2.335.532.699
2004	180.609.400	8.143.609	2.372.697.433
2005	227.846.996	9.602.759	2.593.004.139
2006	243.656.109	10.677.873	2.755.364.091
2007	273.671.676	11.424.404	2.872.264.380
2008	290.853.486	12.487.137	2.953.430.507
2009	341.831.823	13.143.767	3.143.014.695

Fonte: Dados da FGV, Caixa e Bacen.

Após tratar os dados, utilizando o programa spss, foi realizado teste não paramétrico para investigar se a distribuição de dados é normal. Confirmada a distribuição normal, aplicou-se a correlação de Pearson, apresentada no Quadro 3.

Quadro 3. Correlação de Pearson

		PL	PIB	ATIVO
PL	Pearson Correlation	1	,944**	,754**
	Sig. (2-tailed)		,000	,007
N		11	11	11
PIB	Pearson Correlation	,944**	1	,820**
	Sig. (2-tailed)	,000		,002
N		11	11	11
ATIVO	Pearson Correlation	,754**	,820**	1
	Sig. (2-tailed)	,007	,002	
N		11	11	11

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed)

A correlação de Pearson

é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita, e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja, quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto

mais próximo estiver de 1 ou -1 , mais forte é a associação linear entre as duas variáveis. ("Coeficiente de correlação de Pearson")

Observou-se, pela correlação de Pearson, que as variáveis são significativamente correlacionadas com um nível de significância de 1%.

Buscou-se ainda obter a relação de causalidade entre as variáveis, por meio do coeficiente de correlação ao quadrado, ou R^2 , "uma medida da quantidade de variação em uma variável que é explicada pela outra" (Field, 2009, p.143). Verificou-se um R^2 de 0,878, significando que 87,8% da variação no crescimento dos ativos da Caixa Econômica Federal podem ser explicados pela variação do PIB brasileiro, e 12,5% por outras variáveis.

Completando cerca de 150 anos de atuação, a Caixa demonstra ser uma entidade firme, criada para perpetuar e ajudar o desenvolvimento do Brasil. A Figura 1 representa essa sinergia.

A sinergia entre políticas governamentais, orientações democráticas e participativas da administração da empresa e a cultura dos empregados – desenvolvida ao longo de mais de um século de experiência na prestação de serviços à sociedade – permitiu que se cumprisse a determinação social que faz parte da própria essência e da razão de existir da Caixa. (Caixa, "Balanço social", 2003)

Figura 1. DNA, Brasil e Caixa



5. Conclusão

Com quase 150 anos de atuação, a Caixa demonstra grande desenvolvimento. Suas unidades possibilitam o atendimento a todos os municípios brasileiros. A instituição atua com operações delegadas, fomento e banco comercial. Sua base começou com a caderneta de poupança, e atualmente ela ocupa a primeira colocação do segmento total do mercado no país, o que se reflete diretamente na área habitacional, pois, como agente financeiro, aplica todos os recursos provenientes da poupança em financiamentos habitacionais.

Outra marca registrada da Caixa é a atuação como agente financeiro na área habitacional, saneamento e infraestrutura, com os recursos provenientes do FGTS, além de atuar separadamente, como agente administrador. Entre as operações delegadas, destaca-se o Programa Bolsa Família, que apoia as famílias mais pobres e garante o direito delas à

alimentação, por meio de transferência de renda. Operação delegada que merece destaque também é a Loteria Federal. Seus recursos são responsáveis por repasses para a área social. Com tudo isso a Caixa conseguiu ampliar seus ativos e seu patrimônio.

Com a estabilização da inflação, o cenário brasileiro ficou propício para o crescimento. O PIB aumentou, a renda do brasileiro melhorou, e o país se fortaleceu para enfrentar crises como a desvalorização do real, a energética e a internacional. Através de investimentos nas diversas áreas socioeconômicas e de medidas condizentes, a Caixa consegue estimular o desenvolvimento do país.

Indicadores de desenvolvimento que tiveram como base projetos governamentais como o PAC e o Bolsa Família têm sido incrementados, assim como o abastecimento de água, saúde, esporte, estudo, acesso a energia elétrica, trabalho, crédito. Ao se analisar o desenvolvimento econômico do país e o da Caixa, verificou-se que 87,8% da variação no crescimento dos ativos do banco podem ser explicados pela variação do PIB brasileiro, e 12,5% por outras variáveis. Os dois indicadores demonstram sinergia, pois, quando se observa o desenvolvimento do país, percebe-se que algumas ações estão diretamente ligadas à Caixa, e vice-versa. "É impossível dissociar as duas histórias, tão ricas em conteúdo e em personagens. A razão dessa proximidade está no fato de não existir um só brasileiro que não tenha em sua vida um momento de relacionamento com a Caixa" (Caixa, "Caixa lança livro...").

Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria de Fátima G. *Milagre econômico brasileiro*. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/economics/1662701-milagre-econ%C3%B4mico/>. Acesso em: 21 out 2010.

ARAÚJO, Kárin. "A Caixa Econômica Federal e as políticas públicas: um projeto de desenvolvimento socioeconômico sustentável", 2005.

Bacen. *História*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/sobre/historico.asp?idioma=P>. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Histórico de metas para a inflação do Brasil". Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf?idioma=P>. Acesso em: 23 out 2010.

BANCO DO BRASIL. *História*. Disponível em: http://www.bb.com.br/portalbb/page3,102,35270,0,1,8.bb?codigoNoticia=1088&codigoMenu=1193&codigoRet=11082&bread=3_1. Acesso em: 16 out 2010.

BRASIL. Decreto nº 2.723, 12 jan 1861. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2723-12-janeiro-1861-556013-publicacao-75580-pe.html>. Acesso em: 16 out 2010.

_____. Lei nº 2.040, 28 set 1871. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-norma-pl.html>. Acesso em: 16 out 2010.

Brasil Econômico. "Caixa Econômica Federal atinge 40 milhões de contas poupança", 2010. Disponível em: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/caixa-economica-federal-atinge-40-milhoes-de-contas-poupanca_88143.html. Acesso em: 16 out 2010.

BUARQUE, Cristovam. "Foto de uma conversa". Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interno.php?cat=3&lg=pt&it=89&TpPag=1&mat=69>. Acesso em: 23 out 2010.

_____. "O Bric e o Fics". Disponível em: <http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=29301&tipo=noticia>. Acesso em: 29 out 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. "A Caixa e o desenvolvimento: situação atual e perspectivas". Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/MPraticas/sobre_caixa.asp?idioma=p#item1. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Balanço social". Exercício de 2003. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/balanco_social/balan%E7o_portugu%EAs_2003.pdf. Acesso em: 29 out 2010.

_____. "Breve história das loterias", 2001. Disponível em: <http://www.dozen.com.br/nakamura/cef.ppt>. Acesso em: 29 out 2010.

_____. "Bolsa Atleta". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Voce/social/beneficios/bolsa_atleta/index.asp. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Bolsa Família". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/saiba_mais.asp. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Chapéu de Palha". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Beneficios/chapeu_palha_saiba_mais.asp. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "De Volta para Casa". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Voce/social/beneficios/volta_casa/index.asp. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Garantia Safra". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Transferencia/garantia_safra/index.asp. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "PETI". Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/social/Transferencia/peti/index.asp>. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Projovem Urbano". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Beneficios/projovem_urbano/saiba_mais.asp. Acesso em: 16 out 2010.

_____. "Caixa expande crédito e lucra R\$ 1,7 bilhão no primeiro semestre", 2010. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=6610829&tipo_noticia=. Acesso em: 18 out 2010.

_____. "Caixa vai financiar 54 operações de crédito em mobilidade urbana para a Copa de 2014". Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=6610824&tipo_noticia=13. Acesso em: 16 out 2010

_____. "Canais de atendimento Caixa", 2010. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/atendimento/canais_atendimento/agencia.asp?tipoparametro=agencia_sem_penhor. Acesso em: 23 out 2010.

_____. "Demonstrações contábeis do FGTS", exercício de 1999 a 2009.

_____. "Demonstrações financeiras", 1º semestre de 2010.

_____. "Demonstrações financeiras", exercício de 1999 a 2009.

_____. "Dimensão institucional da Caixa", [s.d.]

_____. "FGTS". Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/fgts/index.asp>. Acesso em:

16 out 2010.

____. "Fies – Financiamento Estudantil". Disponível em: http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp. Acesso em: 29 out 2010.

____. "Fies – Relatório de gestão". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES2002.pdf>. Acesso em: 29 out 2010.

____. "PIS – Programa de Integração". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Beneficios/pis/saiba_mais.asp. Acesso em: 16 out 2010.

____. "Poupança da Caixa alcança mais de R\$ 110 bilhões em depósitos e 34% de participação de mercado", 2010. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=6610730&tipo_noticia=13. Acesso em: 16 out 2010.

____. "Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania". Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Beneficios/Pronasci/pronasci_saiba_mais.asp. Acesso em: 16 out 2010.

____. "Trabalhando com a Caixa". Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/trabalhar.asp. Acesso em: 18 out 2010.

____. "Caixa lança livro do seus 142 anos de história". Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=1601072&tipo_noticia=0. Acesso em: 29 out 2010.

CAIXA E GOVERNO FEDERAL. *Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <http://www.sindusconrio.com.br/mcmv/CARTILHADACAIXA.pdf>. Acesso em: 23 out 2010.

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON. Disponível em: http://stat2.med.up.pt/cursop/glossario/correacao_Pearson.html. Acesso em: 28 out 2010.

DIEESE. "A crise de energia: possíveis impactos", 2001. Disponível em: www.dieese.org.br/esp/energia/dieese/ACriseEnergia.rtf. Acesso em: 23 out 2010.

____. "O câmbio e suas influências na economia", 2006. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec24cambio.pdf>. Acesso em: 23 out 10.

ESTABILIDADE FINANCEIRA. "O período pós-Plano Real e a nova dinâmica do sistema bancário brasileiro", 2010. Disponível em: <http://estabilidadefinanceira.wordpress.com/2010/01/29/o-periodo-pos-plano-real-e-a-nova-dinamica-do-sistema-bancario-brasileiro/>. Acesso em: 23 out 10.

EXAME. "Os novos motores da economia", 2007. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0907/negocios/noticias/os-novos-motores-da-economia-m0144527>. Acesso em: 23 out 2010.

FURTADO, Celso. "Carta do professor Celso Furtado", 2004. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interno.php?cat=1&lg=pt&it=46&TpPag=1&mat=30>. Acesso em: 23 out 2010.

____. *Formação econômica do Brasil*, 24ª ed., São Paulo, Editora Nacional 1991.

FIELD, Andy. *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre, Artmed, 2009.

GOUVEA E CAIXA. "A Caixa Econômica Federal e sua atuação na política econômica e social do governo", 1981.

IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil, 2010*. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1703. Acesso em: 23 out 2010.

IPEA. *Cinquenta anos de Formação Econômica do Brasil*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/50anosformacaoeconomicabrasil/19_Livro_completo.pdf. Acesso em: 23 out 2010.

____. "A crise internacional e possíveis repercussões: primeiras análises", 2009. Disponível em: http://dowbor.org/crise/09_01_20_acriseinternacional.pdf. Acesso em: 23 out 2010.

____. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*, v.1, 2009. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol02.pdf. Acesso em: 23 out 2010.

____. *Revista Tempo do Mundo*, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100923_rtm_port02.pdf. Acesso em: 23 out 2010.

____. "Rússia, Índia e China: comércio exterior e investimento direto externo", 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100413_comuipea431.pdf. Acesso em: 23 out 2010.

MARCON, Itálico. *Há 30 anos...* Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2010/01/21/ha-30-anos/?topo=13,2,18>. Acesso em: 21 out 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2002.

MARQUES, Renato. "Plano de metas criado por JK foi um marco da economia brasileira". Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=10094>. Acesso em: 21 out 2010.

MEIRELLES, Henrique. "Administrando o presente e construindo o futuro", 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/200409pr-administrando%20o%20presente%20e%20construindo%20o%20futuro-henrique%20meirelles.pps>. Acesso em: 23 out 2010.

MDS. *MDS em números*, 2010. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVhZG91L2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>. Acesso em: 29 out 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. "Plano Real", [s.d.]. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>. Acesso em: 29 out 2010

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. "Trabalhador com Previdência". Disponível em: http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/paginas_perfis/perfil_comPrevidencia_05.asp. Acesso em: 16 out 2010.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. "Luz para todos", 2010. Disponível em: http://blog.planalto.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/Livro_LPT.pdf. Acesso em: 23 out 2010.

____. "Histórico". Disponível em: http://www.mte.gov.br/seg_desemp/historico.asp. Acesso em: 16 out 2010.

O MILAGRE BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.colegioacademia.com.br/admin/>

professores/arquivos_upl/28_o-milagre-brasileiro.pdf. Acesso em: 21 out 2010.

PITA, Marina. *Novos passos para uma política social consistente*, 2010. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttcd_CHAVE=14713. Acesso em: 16 out 2010.

RUIZ, Manoel "A história do Plano Collor 2003". Disponível em: <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=114&item=4>. Acesso em: 23 out 2010.

TERRA. "Plano Real completa 15 anos". Disponível em: <http://www.terra.com.br/economia/plano-real/linha-do-tempo.htm>. Acesso em: 16 out 2010.

TUBINO, José. "Por que investir na redução da fome e da miséria". Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/porque-investir-na-reducao-da-fome-e-da-miseria-jose-tubino>. Acesso em: 23 out 2010.

UOL. "Unesco: Brasil avança na educação, mas segue em posição intermediária", 2010. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/bbc/2010/01/19/ult3278u192.jhtm>. Acesso em: 23 out 2010.

VIZIA E COSTA. "O tempo do Bric". Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttcd_CHAVE=14313. Acesso em: 16 out 2010.